

## PESQUISAS

### BRASIL COLONIAL: AS MULHERES E O IMAGINÁRIO SOCIAL

LETÍCIA FERREIRA DA SILVA\*

MARIA AUGUSTA DE CASTILHO\*\*

A história é um movimento constante e conhecê-la é de fundamental importância para compreensão acerca da sociedade em que se vive. Tudo que fazemos, pensamos, a forma que vivemos possui reflexos na construção histórica do local que habitamos; afinal, história é vida e fazemos parte da história da nossa e de outras vidas.

No período colonial brasileiro as mulheres eram peças fundamentais para a construção da nova terra, porém a elas foi relegado um papel secundário ou quase invisível no meio social. O cotidiano feminino era marcado por rígido controle e a mentalidade da época era impregnada de mitos e superstições.

Conhecer as mulheres coloniais abre ao leitor parte da História do Brasil que por muito tempo ficou escondida e revela que o cotidiano era mais conturbado e ativo do que aquele que por muito tempo foi apresentado de maneira calma, tranquila, serena; como se as mulheres fossem bonecas que qualquer um pudesse manipular.

---

\* Graduanda em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: <leticiasilva.hist@gmail.com>.

\*\* Orientadora da pesquisa e docente da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: <m.a.castilho@terra.com.br>.

Ao ir além do que a História Oficial assinala, descobre-se um mundo totalmente diferente.

A pesquisa tem por objetivo analisar no período colonial brasileiro, o cotidiano vivenciado pelas mulheres, destacando sua cultura, bem como as demais relações de gênero, etnias e classes sociais.

Para o presente estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas utilizando-se diversos autores, entre os quais se destacam a historiadora Mary Del Priore, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

As mulheres eram peças fundamentais no cenário colonial brasileiro, pois desempenhavam determinadas funções sociais e viviam sob rígidas regras que lhes eram impostas. Essas determinações tinham a intenção de controlar os males que as mulheres disseminariam por todas as partes, caso providências não fossem tomadas para impedir essa catástrofe. O controle social feminino dava-se de duas formas, o discurso ideológico da Igreja Católica e o atestado da medicina.<sup>1</sup>

O Brasil foi marcado pelo encontro de diversas etnias indígenas, cada qual com sua organização social própria, pelos europeus que aqui se estabeleceram e pelos africanos trazidos como escravos da África. A miscigenação irá compor o cenário brasileiro colonial, e as relações de gêneros e classes vão ao longo do tempo moldando a mentalidade do Novo Mundo. Cabe estudar os papéis

---

<sup>1</sup> Ao se referir à Igreja no presente texto, trata-se da Igreja Católica Apostólica Romana.

exercidos pelas mulheres nesse período de formação do Brasil para melhor compreender as relações, inclusive as matrimoniais, o que celebravam e o que se esperava de cada mulher, esposa e mãe.

Durante a maior parte da Idade Média os clérigos pregavam a onipotência e a onipresença de Deus, excluindo qualquer ação do mal nas pessoas, porém como afirma Macedo:

A partir do século XIII, o ponto de vista das autoridades mudou. A crise política que envolveu as lideranças da Igreja nos séculos XIV e XV, a crise moral revelada pela proliferação de inúmeras heresias e, finalmente, as crises sociais e econômicas constantes nesse período trouxeram consigo uma nova visão do mundo, de Deus, do Diabo e dos males praticados em seu nome. Até então inofensivo ante a onipotência e a onipresença divina, o Maligno ganhou importância na imaginação das pessoas, inclusive dos clérigos. O medo do Diabo gerou o medo das feiticeiras. O medo de ambos gerou a perseguição e o extermínio visível: as bruxas.<sup>2</sup>

Diante da mudança de pensamento, e como a mulher mostrava-se mais suscetível à ação do mal, a metrópole organizou um projeto normatizador em relação às mulheres e à Igreja oferecia ideologias que sustentavam a ação metropolitana baseada em textos bíblicos como o que segue:

No princípio, Deus criou os céus e a terra. Então Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra’. Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher. ‘Eis agora aqui, disse o homem, o osso de meus ossos e a carne de minha carne; ela se chamará mulher, porque foi tomada do homem’.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 55.

<sup>3</sup> GENESIS 1, 1 26-27. 2, 16 e 2, 23. In: BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Paulus, 1990.

Pelo escrito na Bíblia Sagrada pode-se deduzir que tudo parecia uma eterna harmonia no paraíso. O homem vivia junto com sua mulher e eram felizes, entretanto não havia controle social, pecado, culpa original, necessidade de roupas para se cobrirem, sensualidades e perversão. As coisas se encaixavam em uma perfeita melodia suave aos ouvidos. Entretanto, algo apareceu para perturbar a ordem natural das coisas. A serpente, o mais astuto de todos os animais, enganou a mulher Eva, fazendo-a comer do fruto que Deus havia proibido. Por isso, Deus disse à Mulher: “Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dores, teus desejos te impelirão para o teu marido e tu estarás sob o seu domínio.”<sup>4</sup>

Parafraseando Del Priore pode-se entender que o pecado de Eva causou uma reação em cadeia: todas as mulheres passaram a ser poço de pecados, de sedução, de sensualidade, de perdição, oportunidade de queda e perversão para os homens.<sup>5</sup> Para que os males que as mulheres distribuían não afetassem a vida social e moral era necessário dominá-las, domesticá-las, adestrá-las. Usava-se a figura de Eva como símbolo dos pecados e da perdição e fabricaram uma imagem de santa-mãezinha, a qual todas deviam se espelhar e seguir o exemplo, baseada na Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo.

Macedo explica o porquê alguns teólogos concluíram que a mulher era inferior, pecadora, propícia à ação maligna:

<sup>4</sup> GENESIS 1, 1.26-27. 2, 16. In: BÍBLIA SAGRADA, op. cit., 1990.

<sup>5</sup> PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo, condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Olympio, 1993.

Para alguns teólogos, Eva não teria sido feita à imagem e semelhança de Deus, mas a partir de Adão; assim sendo, consideraram-na mera projeção da criação divina. Essa distinção e gradação entre o homem – dotado da imagem divina (*imago*) –, e a mulher – detentora apenas da semelhança divina (*similitudo*) –, para eles constituía uma prova da ‘inferioridade natural’ do sexo feminino.<sup>6</sup>

Nesse diapasão o autor antes citado assinala a virtude de Maria ser a mãe de Deus, evidenciando que:

A imagem oposta, a da mulher redentora, concentrava-se na figura da Virgem Maria. Quem podia sintetizar os valores cristãos? Mãe de Cristo, e por extensão, de todo o gênero humano, não obstante ter sido imaculada, permanecendo virgem e pura.<sup>7</sup>

A utilização de dois personagens bíblicos nos discursos de controle social demonstra claramente que tipo de sociedade se formou no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII: uma sociedade hierárquica, patriarcal, ordenada pelos discursos e leis da Igreja Católica que estava intrinsecamente ligada ao Estado por meio do Padroado.<sup>8</sup>

Novamente Del Priore alerta que a Igreja oferecia os argumentos ideológicos que davam sustentação à monarquia e à forma de controle sobre a sociedade. Em relação às mulheres, o controle ocorria tanto por meio dos discursos religiosos como por intermédio da medicina, que por sua vez oferecia sustentação às ideologias que

<sup>6</sup> MACEDO, op. cit., 2002, p. 66.

<sup>7</sup> MACEDO, op. cit., 2002, p. 66.

<sup>8</sup> O Padroado é o nome dado à ação do Papa que concedeu ao Rei de Portugal o direito a organização e financiamento de todas as atividades religiosas nos domínios portugueses e nas terras descobertas pelos portugueses. Dessa forma, o Rei passou a nomear padres e bispos que depois recebiam aprovação do Papa.

a Igreja criava. Além disso, as mulheres eram orientadas para que se casassem, constituíssem famílias, fossem mães e tomassem como exemplo Nossa Senhora, mãe de Jesus Cristo.<sup>9</sup>

O Brasil ainda é um país de natureza extremamente bela, apesar de já estar muito explorada e degradada. No período colonial a natureza, as praias, as paisagens saltavam aos olhos de qualquer viajante que por aqui passasse devido à imensurável beleza que exibia a Terra de Santa Cruz. Beleza que aos poucos foi transformando-se pela ação dos colonizadores.

No livro *Histórias íntimas*, de Del Priore, a autora comenta um pouco sobre o cenário no qual os habitantes conviviam no Novo Mundo e que aqui fazemos uma síntese dos aspectos colocados por essa autora, que enfatiza que por todos os lados a sujeira era notória.<sup>10</sup> Os habitantes viviam nas cidades sem o mínimo de higiene, os dejetos eram depositados nas praias ou simplesmente jogados nas ruas pelas mãos dos escravos. A falta de higiene causava doenças que em muitos casos levava a óbito. Havia lixo por toda parte.

Na época, o país era pobre, precário, as casas eram feitas de improviso, utilizando madeiras e cobertura de sapê, com divisões internas que pouco preservava a intimidade; não havia janelas, os móveis eram poucos e faltava iluminação. Os animais domésticos viviam quase que no mesmo ambiente, pastavam à solta nos vilarejos.

---

<sup>9</sup> PRIORE, op. cit., 1993.

<sup>10</sup> PRIORE, op. cit., 1993.

Nas fazendas havia a Casa Grande onde morava o senhor do engenho, com sua esposa e filhos; local mais aconchegante, com número maior de quartos, porém sem fechaduras e trancas, pois custavam muito caro na época. Todos os quartos davam para o mesmo corredor e tudo se ouvia, e via-se pelas frestas das paredes. Também nas fazendas havia as senzalas onde os escravos eram depositados sem qualquer tipo de conforto, higiene, iluminação ou qualquer aspecto que fosse necessário para que qualquer pessoa habitasse ali com dignidade, reforçando, assim, a inferioridade do negro como um ser *sem alma*.

Nas fazendas houve um processo de elitização denominado patriarcalismo, onde o pai era o proprietário exclusivo da terra, da esposa, filhos e escravos; detentor de autoridade sobre a vida e a morte de seus bens. Se o homem era o dono, passava a ocupar o lugar principal; mas e o que sobrava às mulheres no cenário colonial?

Será que se pode acreditar que todas as mulheres no período colonial eram iguais e viviam da mesma maneira? Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda procura nos fazer acreditar que no Brasil, mesmo no período colonial, havia uma democracia racial, porque, de acordo com o autor, os portugueses já eram mestiços e chegando aqui não se importaram em misturarem-se as índias.<sup>11</sup> Entretanto, não se pode desconsiderar o fato de que os portugueses também eram etnocêntricos e com discursos e atos impunham sua cultura, organização e religião

---

<sup>11</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília: UnB, 1963, v. 10.

própria aos nativos, tanto do Brasil como de outras colônias, e que mais tarde iriam impor aos escravos africanos.

Então, pode-se concluir que a resposta correta ao questionamento anterior é não. Contracenando no Brasil Colonial estão às mulheres nativas (as índias), negras, européias e mulatas que viviam em condição de submissão e escravidão.

Del Priore ressalta que:

É importante destacar que parte do contingente feminino, a quem tanto o Estado quanto a Igreja ultramarina se dirigiram, recomendando que se casasse e constituísse famílias, chegava aos homens pelo caminho da exploração ou da escravização, acentuando, assim, nas suas desigualdades, as relações de gênero. Tais diferenças foram importantes na constituição dos papéis femininos e serviram para a fabricação de estereótipos bastante utilizados pela sociedade colonial e mais tarde incorporados pela historiografia.<sup>12</sup>

Longe de ser um cenário tranquilo, as mulheres viviam em constantes conflitos, marcados pelo preconceito, e um dos poucos momentos de ajuda mútua estabelecia-se na maternidade, superando os preconceitos tão assíduos no contexto. Macedo ainda dimensiona que “na sociedade medieval, as distinções sociais foram sempre tão fortes quanto às sexuais”, subtende-se assim que mulheres também oprimiam mulheres de classe mais baixa.<sup>13</sup>

Em 1500, ano em que a Esquadra de Cabral chega ao litoral brasileiro, a terra tinha seus mistérios, sendo habitada por povos de línguas e costumes estranhos. Na mentalidade da época, os índios eram

---

<sup>12</sup> PRIORE, op. cit., 1993, p. 25.

<sup>13</sup> MACEDO, op. cit., 2002, p. 31.

selvagens que precisavam de ajuda. Conseqüentemente as mulheres indígenas também necessitavam de adestramento. A organização social indígena estava longe de ser aceita pelos europeus. Como afirma Raminelli, “nas terras do além-mar, os *costumes heterodoxos* eram vistos como indícios de barbarismo e da presença do Diabo; em compensação, os *bons hábitos* faziam parte das leis naturais criadas por Deus.”<sup>14</sup>

Por sua vez a Igreja sustentava a ação metropolitana na conquista e colonização da América (do Sul) ao esboçar uma imagem dos indígenas a partir de conceitos cristãos e eurocêntricos, demonizando os ritos e culturas próprios de cada etnia. Dessa forma consideravam os povos indígenas como selvagens, mas que ainda poderiam ser salvos e alcançariam o *status* de civilizado, caso a Igreja e o Estado Metropolitano intervissem e os auxiliassem.

Nesse contexto Raminelli evidencia que:

A lógica das narrativas sobre o cotidiano ameríndio prende-se aos interesses da colonização e da conversão ao cristianismo. Representar os índios como bárbaros (seres inferiores, quase animais) ou demoníacos (súditos oprimidos do príncipe das trevas) era uma forma de legitimar a conquista da América. Por intermédio da catequese e da colonização, os americanos podiam sair do estágio primitivo e alcançar a civilização. Esses princípios formavam uma espécie de filtro cultural que distorcia a lógica própria dos ritos e mitos indígenas.<sup>15</sup>

Cada etnia indígena possuía e ainda possui organização social, religião, rituais que lhe são próprios, e procurar-se-á aqui

---

<sup>14</sup> RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

<sup>15</sup> RAMINELLI, op. cit., 2011.

apresentar características gerais que se assemelhem ou se aproximem da maioria das etnias do Brasil.

Nas sociedades ameríndias a menina tornava-se mulher na primeira menstruação, quando era realizado um rito de passagem para a fase adulta. Em algumas etnias realizava-se um ritual muito doloroso, com perfurações e esfoliações do corpo, para que a mulher pudesse ter ventre sadio e gerar bons filhos. No período menstrual as mulheres deviam respeitar uma série de interdições. Quando casadas não poderiam manter relações sexuais, bastava dizer aos cônjuges que não estava bem e pedir que se afastassem.

A partir de então poderia manter uma vida sexual ativa sem sofrer preconceitos e discriminações por parte da tribo. Porém, quando contraísse matrimônio deveria permanecer-lhe fiel. No período colonial ocorria, não raras vezes, o estupro de índias pelos viajantes e colonos. Essas índias poderiam adquirir matrimônio normalmente, e diferente das sociedades europeias, não recebiam nenhum tratamento diferenciado ou sofriam preconceitos. As práticas indígenas quanto ao matrimônio, vida sexual e relações de parentesco causavam horror aos olhos europeus.

Para os europeus, as relações de parentesco nas comunidades indígenas eram pouco rígidas, já que o tio poderia desposar a sobrinha. Entretanto, os casamentos entre filho e mãe, filho e irmã e pai e filha eram proibidos. Os enlances matrimoniais seguiam uma regra muito simples, segundo Léry. Desejando se unir, os varões se dirigiam a uma mulher, viúva ou donzela, e perguntavam sobre sua vontade de casar. Se o interesse fosse recíproco, pediam a permissão do pai ou do parente mais próximo. Depois de obtida a permissão dos parentes, os

*noivos* consideravam-se casados. Não havia cerimônias, nem promessa recíproca de indissolubilidade ou perpetuidade da relação. O marido poderia expulsar a mulher e vice-versa. Se ficassem fartos do convívio, a união estaria desfeita. Ambos poderiam, então, procurar outros parceiros, sem maiores constrangimentos.<sup>16</sup>

O cotidiano indígena era muito primitivo para ser aceito pela Igreja e pelo Estado Português. O casamento, sacramento sagrado instituído por Deus não poderia dar-se de qualquer maneira e entre parentes, como os nativos faziam. Nem mesmo poderia desfazer-se de maneira tão fria, principalmente quando uma mulher rejeitava seu marido e unia-se a outro homem. Certamente, era necessária uma intervenção nos costumes e as mulheres indígenas precisavam ser adestradas, seu comportamento precisava ser modelado de acordo com a moral e os bons costumes, no caso é claro dos europeus.

Com a chegada dos escravos no Brasil, por volta do século XVI para o XVII, a mulher negra e escrava ocupou parte desse cenário. Os africanos eram trazidos ao Brasil em navios para tornarem-se escravos em fazendas, nas cidades e, posteriormente, com a descoberta de ouro, eram utilizados na exploração das minas.

As mulheres trabalhavam principalmente na cozinha na Casa Grande e recebiam o mesmo tratamento severo que os homens. Nem mesmo quando estavam grávidas ou amamentando eram poupadas ou tinham o ritmo de trabalho diminuído.

---

<sup>16</sup> RAMINELLI, op. cit., 2011, p. 7.

Nas fazendas as escravas eram submetidas a todo tipo de sorte. Além de trabalharem muito também eram abusadas sexualmente pelos senhores, capatazes, feitores, visitantes. Segundo Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, eram as escravas que iniciavam o jovem, filho do senhor, na vida sexual. O autor descreve um cenário sobre as escravas brasileiras como se fossem cheias de vigor, fofas, que estavam sempre prontas a satisfazer os desejos dos homens.<sup>17</sup>

As escravas, longe daquele cenário das mulatas fofas, belas e cheias de encanto para dar prazer a quem se aproximasse, viviam em condições subalternas e em constante exploração física e sexual. Del Priore aponta que nem mesmo as crianças escapavam desse processo, que em muitas vezes a exploração era feita pelas senhoras da elite:

Mais: sabe-se que até as senhoras enfeitavam suas molecas, com correntes de ouro, anéis e rendas finas, na esperança de aproveitar-se do que os padres chamavam de ‘nefando comércio’. Lançavam-se, então, as bases do que chamamos, hoje, de prostituição infantil.<sup>18</sup>

No campo ou na cidade as escravas, quando engravidavam, tinham por um lado o aborto espontâneo devido à exaustão e, por outro, elas mesmas praticavam o aborto ou o infanticídio na esperança de livrar seus filhos da condição em que viviam. Essas atitudes eram consideradas brutais, monstruosas ou típicas da sua etnia africana.

Quando as mulheres tornavam-se mãe precisavam conviver com o medo de perder seu filho, que poderia ser vendido ou assassinado.

---

<sup>17</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

<sup>18</sup> PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Contexto, 2000a, p. 26.

Quando cresciam elas viam seus filhos serem escravizados e castigados como os demais e nada podiam fazer. No caso das meninas, a mãe iria conviver com as constantes cenas de abuso sexual cometidos contra elas. Ocorria também das escravas engravidarem de seu senhor. Raras vezes o pai assumia o filho, geralmente quando fosse do sexo masculino, mas na maioria das vezes eram abandonados à própria sorte, não obstante os “proprietários” os venderiam sem remorso algum.

Nas cidades, em alguns momentos as mulheres escravas recebiam permissão de seu senhor para vender quitutes, frutas, doces, hortaliças, etc. e assim juntar dinheiro para comprar sua alforria. Vale assinalar que essa atitude era muito rara. O dinheiro adquirido normalmente voltava à casa do “dono”.

A história registra também casos em que proprietários de escravas enriqueceram às suas custas. Consideradas território do prazer, as escravas eram obrigadas a prostituírem-se para arrecadar dinheiro aos cofres do senhor. Essa prática foi muito combatida pela Igreja, embora sem o resultado esperado.

Há também uma série de documentos eclesiásticos que citam casamentos realizados entre os escravos e também entre escravos e pessoas livres. No Espírito Santo, em 1707, foi “promulgada uma lei intitulada Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia

que proporcionou a entrada do elemento escravo na disciplina do sacramento do casamento no credo católico.”<sup>19</sup>

Por meio dessa lei a Igreja e o Estado exerciam, também, um controle social sobre os escravos, visto que para casar-se era necessário submeter-se ao credo “universal” do cristianismo, e seguir suas normas. A Igreja tenta orientar os senhores a respeito dos casais escravos. De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, em seu Título LXXI:

O Matrimônio dos Escravos disciplinava o tema, garantindo de forma bastante ampla tal direito aos cativos, buscando assegurar que o senhor não impedisse nem negasse tal direito ao escravo, além de proteger a vida conjugal dos cativos, a qual não podia ser perturbada por maus-tratos nem pela venda isolada de um dos cônjuges.<sup>20</sup>

Embora houvesse uma legislação canônica que tratava a questão do matrimônio entre os escravos, a maior parte dos senhores não a respeitava. As escravas-esposas continuavam servindo aos desejos sexuais de seus senhores quando eram ainda violentadas pelos capatazes e outras pessoas que aproveitavam da situação de submissão delas.

Silva relembra que mesmo diante do texto sinodal em que a família não poderia ser perturbada, a Igreja tinha ainda que convencer os senhores que casamento não tinha nada a ver com liberdade e mais tarde usariam o argumento da reprodução escravista.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> CAMPOS, Adriana Pereira. MERLO, Patrícia M. da Silva. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. *Topoi* – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, v. 6, n. 11, p. 327-361, jul./dez. 2005, p. 338.

<sup>20</sup> CAMPOS, op. cit., 2005, p. 339.

<sup>21</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 188.

Em documentos do Arquivo Diocesano do Espírito Santo encontra-se, nos livros de registros, uma descrição demonstrando que em alguns momentos os enlaces matrimônios dos escravos, bem como em outros sacramentos concedidos aos escravos, que se uniam a pessoas livres, que esses sacramentos eram feitos via documentação oficial da Igreja, como o que está descrito a seguir:

Aos vinte dois dias do mês de Setembro do anno de mil oitocentos e sessenta nesta Matriz de Vianna, em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas, pelas dez horas da manhã, preparados na forma da lei do Bispado se receberão em matrimonio por palavras de presente Torquato Martins de Araújo e Elena Maria do Rosário. Ele filho legitimo de João Braz da Victoria e Joana Braz da Victoria, e ela filha legitima de Luiza Teixeira da Conceição e Marcelino escravo de Joaquim de Almeida Coutinho receberão logo as bênçãos matrimoniais, do que para constar, fiz termo que assignei. Vigario João Pinto Pestana (TESTEMUNHAS: JOÃO MANOEL NUNES E SEBASTIÃO DE FREITAS LIRA).<sup>22</sup>

Percebe-se assim que em alguns momentos havia uma negociação das classes, ocorrendo união entre pessoas livres e escravos, mas sempre de forma que obedecessem as normas da Igreja e vivessem de acordo com seus ensinamentos, considerando também que estivessem de acordo com as regras impostas pela Metrópole.

Mas é importante destacar que estudos

[...] recentes têm evidenciado que só uma porcentagem reduzida de escravos contraía matrimônio e que desta a grande maioria tomava como conjugue um escravo do mesmo senhor. A constituição de famílias escravas é própria do mundo rural, onde grandes plantéis povoavam as fazendas e engenhos.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> ARQUIVO DIOCESENO DO VITÓRIA (ES). Disponível em <<http://www.google.com.br/#sclient=psyab&q=arquivo+Diocesano+de+Vit>>. Acesso em: 10 maio 2013.

<sup>23</sup> SILVA, op. cit., 1998, p. 189.

As festas no Brasil Colonial geralmente possuíam teor religioso e eram nesses momentos que as mulheres aproveitavam para gozar um pouco mais de liberdade, incluindo a liberdade sexual. Momentos raros em que as mulheres, livres ou escravas, afastavam-se dos discursos normativos. Espaço que também era aproveitado para manifestar sua cultura, pensamento, sentimento, como aponta Del Priore no livro *Festas e utopias no Brasil Colonial*:

Índios, negros, mulatos e brancos manipulam as brechas no ritual da festa e as impregnam de representações de sua cultura específica. Eles transformam as comemorações religiosas em oportunidade para recriar seus mitos, sua musicalidade, sua dança, sua maneira de vestir-se e aí reproduzir suas hierarquias tribais, aristocráticas e religiosas.<sup>24</sup>

Percebe-se, portanto, que nem sempre o discurso da Igreja funcionava; sempre as pessoas encontravam brechas para expor seu ideal, seu pensamento, e os negros souberam muito bem articular as festas oficiais à sua cultura e tradições próprias. Com a sexualidade não foi diferente, as festas eram momentos para as mulheres encontrarem seus amantes e até mesmo com os próprios padres, como demonstra a poesia de Gregório de Matos, poeta baiano que viveu entre 1636 e 1695, conhecido como *boca do inferno*:

Com palavras dissolutas  
Me concluí, na verdade  
Que as lidas todas de um padre  
São freiras, sermões e putas<sup>25</sup>

<sup>24</sup> DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 89.

<sup>25</sup> MATOS, Gregório de. *Obra poética completa*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Na análise da poesia existem falhas dos discursos normativos, tanto em relação à sexualidade do clero, quanto em relação à sexualidade feminina. Nota-se também que devido às brechas ou falhas das mulheres a necessidade de reforçar os mesmos discursos e usar, se necessário, castigos corporais.

A sexualidade feminina estava sempre sob rígido controle, primeiro dos pais, que vigiavam suas filhas, e quando casadas, pelo marido e pela Igreja, que interferia até mesmo no leito conjugal. Afirmo Del Priore que “adestrar a mulher fazia parte de um processo civilizatório, e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização.”<sup>26</sup> Portanto, a mulher como parte do processo de desenvolvimento do país precisaria incorporar regras de conduta que a mentalidade da época acreditava serem civilizadas.

A vaidade feminina ligava-se à sexualidade. Era necessário não ornar-se, nem embelezar-se para não despertar o interesse dos homens e o levar a pecar. Entretanto, essa regra nem sempre era obedecida, por isso, a necessidade de sempre incluir nos sermões discursos moralizantes voltados aos excessos femininos.

Também a alimentação foi motivo de crítica, pois acreditavam que certos tipos de alimentos ingeridos aumentavam o desejo e apetite sexual, em contraponto havia também alimentos que ajudavam no controle sexual. A medicina, por sua vez, atestava o “descontrole sexual” como doença, receitando os mais diversos “remédios” para obter a cura.

---

<sup>26</sup> PRIORE, op. cit., 1993, p. 27.

Os remédios poderiam ser dietéticos, cirúrgicos ou farmacêuticos. Ao regime de viver, que se esperava fosse tranquilo, somavam-se sangrias nas veias de braços e pernas. E, ainda, remédios frios e úmidos, como caldos de alface, grãos de cânfora e cicuta, que deviam ser regularmente ingeridos. Contra o calor sexual, tomavam-se sopas e infusões frias, recomendando-se também massagear os rins, pênis e períneo com um ‘unguento refrigerador feito de ervas’. Comer muito era sinal de perigo. Os chamados ‘manjares suculentos’ eram coisa a evitar. Além disso, recomendava-se “dormir, só de lado, nunca de costas, porque a concentração de calor na região lombar desenvolve excitabilidade aos órgãos sexuais.”<sup>27</sup>

As práticas sexuais entre mulheres negras e brancas também preocupavam a Igreja que tomava atitudes severas perante as ocorrências desses fatos homoeróticos:

Negras e brancas foram igualmente perseguidas ao praticar a ‘sodomia foeminarum’, nome dado pelos inquisidores portugueses, nas várias visitas que fizeram ao Brasil entre os séculos XVI e XVII, aos amores entre mulheres. Praticado entre raparigas brancas e suas escravas negras, mulheres casadas, por opção homoerótica ou ‘afeição carnal’, como resumem os documentos, esse pecado era fonte da preocupação doutrinária que atingia escravas e forras.<sup>28</sup>

Por mais que a mentalidade da época fosse aparentemente rígida, havia rompimento das regras em determinados momentos, e esses momentos aconteciam nas próprias casas ou nas já citadas festas.

Em relação à sexualidade do casal, esta não foge a regra do controle social. Na cama a Igreja controlava o sexo do casal impondo-lhes uma série de regras a qual o relacionamento sexual estava

---

<sup>27</sup> PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011, p. 31.

<sup>28</sup> PRIORE, op. cit., 2000a, p. 26.

ligado. O sexo era restrito à procriação, e havia regras quanto às posições dos casais, como também a total recusa ao prazer:

Donde a determinação de posições ‘certas’ durante as relações sexuais. Era proibido evitar filhos, gozando fora do ‘vaso’. Era obrigatório usar o ‘vaso natural’ e não o traseiro. Era proibido a mulher colocar-se por cima do homem, contrariando as leis da natureza.<sup>29</sup>

Sendo assim, a mulher é colocada em uma posição neutra, como se a própria natureza a ela tivesse relegado essa posição. A mulher torna-se objeto nas mãos dos seus “senhores”.

As relações de poder já implícita no escravismo reproduzia-se nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir o chefe da família com seu sexo, dando-lhe filhos que assegurassem a sua descendência e servindo de modelo para a sociedade familiar com que sonhava a Igreja.<sup>30</sup>

A prostituição ao longo da história cristã muitas vezes foi combatida, outras vezes incentivada, sendo assim, ela possui um caráter ambíguo no mundo clerical. Macedo pontua que somente “o direito bizantino condenava a prostituição.”<sup>31</sup>

“Alguns teólogos como Santo Agostinho, acreditavam que a prostituição era um mal necessário porque colaborava para a sanidade da sociedade, atenuando as tensões e servindo de válvula de escape para as limitações sexuais impostas pela Igreja.”<sup>32</sup>

<sup>29</sup> PRIORE, op. cit., 2011, p. 43.

<sup>30</sup> PRIORE, op. cit., 1993, p. 29.

<sup>31</sup> MACEDO, op. cit., 2002, p. 63.

<sup>32</sup> MACEDO, op. cit., 2002, p. 62.

No Brasil a prostituição vai adquirir um caráter pecaminoso, muito combatido pelos homens e mulheres de bem, e alvo dos discursos clericais. Entretanto, como são característicos no território brasileiro, os antagonismos estarão presentes no que se refere ao ato de prostituir-se.

Vítimas da exploração e das difíceis condições de vida, muitas mulheres no Brasil no período colonial utilizaram a prostituição como forma de sustento. Em muitos casos, como já explicado, as escravas eram obrigadas a prostituírem-se para seu dono, e em outros casos o dono era a pobreza, a necessidade, a busca pela sobrevivência: “A maternidade, além de sentimento, cuidado com filhos e trabalho de parto, era um laço que unia mães e filhas num mesmo ofício: o da prostituição. A prostituição era exercida com a benção da pobreza e a convivência de pais e maridos.”<sup>33</sup>

A História do Brasil ainda tem muito que revelar principalmente no que se refere ao cotidiano, à participação das mulheres, a relação senhor-escravo. Este trabalho considerou aspectos ligados ao imaginário social, herança dos europeus que se chocou com a cultura de cada etnia ameríndia e com os africanos que também vieram de diversas localidades da África, cada um com suas peculiaridades.

Assim, a cultura e a mentalidade brasileiras forjaram-se na mistura, no entre- espaços, onde ora sobrepunha uma cultura e ora outra. É claro que a mentalidade europeia sobressaiu devido à escravização e inferiorização das demais etnias.

---

<sup>33</sup> PRIORE, op. cit., 2000a, p. 32.

O processo de normatização das mulheres pretendia impor regras. Cheia de superstições e crenças a mentalidade dos colonos geralmente seguia aos padrões europeus apresentando traços também de outras culturas. Em relação às mulheres, a mentalidade seguiu os padrões portugueses: a inferioridade, poço de pecados e causa da perdição.

O processo de adestramento pelo qual as mulheres passaram no período colonial foi marcado por repressão a sexualidade e suas vontades próprias. As mulheres, como nas demais sociedades patriarcais, viviam sob o controle direto dos homens que a exploravam de diversas maneiras, independente da etnia ou classe social.

A manipulação da mulher era exercida em diversos momentos e nas mais variadas formas de discursos normativos. Entretanto, nem sempre eram eficazes, pois as mulheres encontravam momentos em que poderiam exercer sua liberdade, mesmo que fosse de maneira arriscada. A Igreja proferia sermões e admoestações sobre todos os aspectos da vida social e íntima dos indivíduos, entretanto a conduta de alguns clérigos, que não seguiam aos seus próprios sermões, era a prova mais eficaz que nem sempre as regras eram seguidas.

Todo o processo histórico das mulheres brasileiras no período colonial forjou a mulher moderna, até mesmo alguns estereótipos de mulher perfeita criada naquele período sobrevivem até hoje. Torna-se necessário ainda, investigar os lugares íntimos, aquilo que ficou selado por muitos anos. Hoje salta aos olhos da sociedade contemporânea um misto de espanto e admiração, pela ousadia e coragem das mulheres que lutaram contra as formas de repressão a que foram expostas por tantos anos, principalmente no Brasil Colonial.

### *Referências*

ARQUIVO DIOCESENO DO VITÓRIA (ES). Disponível em <<http://www.google.com.br/#sclient=psyab&q=arquivo+Diocesano+de+Vit>>. Acesso em: 10 maio 2013.

CAMPOS, Adriana Pereira. MERLO, Patrícia M. da Silva. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. *Topoi* – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, v. 6, n. 11, p. 327-361, jul./dez. 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

GENESIS 1, 1 26-27. 2, 16 e 2, 23. In: BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Paulus, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília: UnB, 1963, v. 10.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MATOS, Gregório de. *Obra poética completa*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo, condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Olympio, 1993.

\_\_\_\_\_. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

\_\_\_\_\_. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Contexto, 2000a.

RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

**Recebido em 09 de setembro de 2013; aprovado em 28 de novembro de 2013.**